



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 659/2012

Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência.

Art. 1º O comércio de artigos de conveniência poderá ser realizado em farmácias e drogarias com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento.

Parágrafo único. Os artigos de conveniência serão expostos em suas embalagens originais e devidamente lacrados, em balcões, estantes ou gôndolas e separados dos medicamentos.

Art. 2º As lojas de conveniência e *drugstores* poderão funcionar no mesmo estabelecimento das farmácias e drogarias, desde que as atividades nelas desenvolvidas façam parte do objeto social da sociedade e mediante a expedição, pelo órgão responsável pelo licenciamento, de alvarás sanitários específicos, atendido o disposto no parágrafo único do art. 1º desta Lei.


Art. 3º É proibida a comercialização, em farmácias e drogarias, de bebidas alcoólicas, cigarros e alimentos não industrializados.


Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator, no que couber, às penalidades previstas nos art. 56 a 60 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).


Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que entender necessário.


Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2013.


José Guimarães


Presidente José Lino


Relator José Lino


Prof. Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 295/2013


Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Expo Japão, realizada anualmente no mês de junho, no Município de Londrina.

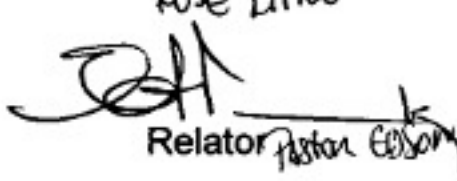
Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Expo Japão, realizada anualmente no mês de junho, no Município de Londrina.

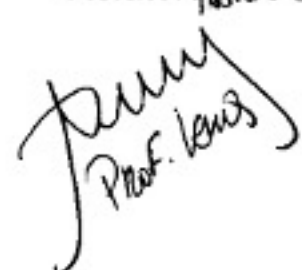
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2013.


José Carlos de Souza


Presidente
Rose Lina


Relator
Pastor Edison


Prof. Luis

PROJETO DE LEI 480/13

Súmula: Cria o Programa Família Paranaense, destinado ao atendimento e promoção de famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais e adota outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o Programa Família Paranaense, a ser executado pelo Governo do Estado do Paraná e pelos municípios, por meio da articulação integrada de órgãos e instituições, em regime de cooperação mútua e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando promover melhorias nas condições de vida das famílias do Paraná que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º O Programa Família Paranaense destina-se à proteção e promoção das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social em todo o Estado e efetiva-se através da integração de ações de várias áreas, tais como assistência social, habitação, segurança pública, agricultura e abastecimento, trabalho, saúde, educação, ciência e tecnologia, esporte e lazer, cultura, segurança alimentar e nutricional, infraestrutura, meio ambiente e direitos humanos.

Art. 3º O Programa Família Paranaense deve ser executado de forma integrada pelos órgãos e entidades estaduais com atribuição nas áreas envolvidas e pelos municípios que a ele se vincularem voluntariamente mediante instrumento de cooperação.

Art. 4º São objetivos do Programa Família Paranaense:

I – promover a melhoria das condições de vida e o protagonismo das famílias em situação de vulnerabilidade social, através da oferta de um conjunto de ações, serviços e benefícios planejados de acordo com a realidade de cada família e do território onde ela reside;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II - promover a integração entre as políticas públicas de Estado; ~

III - estabelecer diretrizes, orientar e assessorar os municípios para o acompanhamento familiar intersetorial;

IV - cofinanciar ações, serviços e benefícios;

V - fomentar a integração das políticas sociais de âmbito municipal, com vistas a promover, aprimorar e desenvolver ações e serviços intersetoriais voltados às famílias beneficiárias;

VI - promover a busca ativa, o cadastramento e o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social;

VII - contribuir para a autonomia das famílias, através da transferência de renda e da execução de projetos complementares, da qualificação profissional e do acompanhamento familiar intersetorial;

VIII - promover estudos, pesquisas e indicadores sobre as condições de vida das famílias e sobre a gestão dos serviços no Estado e nos municípios.

Art. 5º A coordenação e a execução do Programa Família Paranaense é realizada pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social com a participação dos demais órgãos e entidades estaduais integrantes da Unidade Gestora Estadual do Programa, bem como pelos municípios participantes, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social poderá, na forma da legislação pertinente e sem prejuízo da execução realizada pelos demais partícipes, firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicas ou privadas para execução do Programa Família Paranaense.

Art. 6º O arranjo de gestão do Programa Família Paranaense é composto por instâncias intersetoriais instituídas e organizadas por nível de abrangência, nos seguintes termos:

I – Unidade Gestora Estadual, coordenada pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social;

II – Comitês Intersetoriais Regionais, coordenados pelos Escritórios Regionais da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social;

III – Comitês Intersetoriais Municipais, coordenados preferencialmente pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

IV – Comitês Intersetoriais Locais, coordenados preferencialmente pelas Unidades descentralizadas da Política de Assistência Social – CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social).

Art. 7º A Unidade Gestora Estadual do Programa Família Paranaense é vinculada à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, sendo composta por representantes dos órgãos e entidades estaduais com atribuição nas áreas envolvidas, indicados pelos respectivos gestores, sendo facultativa a participação de instituições não-governamentais, conforme estabelecido em regulamento.

Parágrafo único. Cabe à Unidade Gestora Estadual articular a execução do Programa Família Paranaense por meio de um arranjo intersetorial e da conjunção de esforços entre Estado e municípios, observadas as diversidades regionais e locais, a intersetorialidade, o controle social e a autonomia dos sujeitos envolvidos, bem como monitorar e divulgar as ações executadas, devendo, ainda, regulamentar:

I - os procedimentos e as condições necessárias para adesão dos municípios ao Programa Família Paranaense;

II – os procedimentos e as condições necessárias para seleção e inclusão das famílias beneficiárias;

III – os instrumentos, parâmetros e procedimentos de avaliação e controle da execução do Programa.

Art. 8º Para aderir ao Programa Família Paranaense, o município deve aceitar as seguintes condições, sem prejuízo do disposto nas legislações aplicáveis e do previsto no respectivo instrumento de cooperação:

I – implantar um Comitê Intersetorial Municipal, composto pelos órgãos gestores das políticas públicas de assistência social, saúde, educação, agricultura e segurança alimentar, trabalho, dentre outras indicadas pelo município;

II – implantar Comitês Intersetoriais Locais, compostos pelos profissionais que atuam diretamente com as famílias no território, em número suficiente para atender às demandas do acompanhamento familiar;

III – garantir a participação das famílias na elaboração das ações a serem desenvolvidas em seus respectivos planos de ação individualizados para a superação das vulnerabilidades sociais;

IV – utilizar os instrumentos de gestão padronizados do Programa Família Paranaense;



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- V - manter atualizado o Cadastro Único do Governo Federal das famílias;
- VI – capacitar os profissionais dos Comitês Intersetoriais Municipal e Local e divulgar as ações desenvolvidas pelo Programa Família Paranaense;
- VII – inserir as ações abrangidas pelo Programa Família Paranaense nas ações estratégicas e orçamentárias municipais;
- VIII – adotar os procedimentos relativos à avaliação de impacto e outras avaliações requeridas pela Unidade Gestora Estadual do Programa Família Paranaense.

CAPITULO II FAMÍLIAS ELEGÍVEIS

Art. 9º A identificação das famílias em situação de vulnerabilidade social é realizada através do Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR).

§ 1º O Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR) é um indicador sintético elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, cuja fórmula será aplicada na base de dados do Cadastro Único – CadÚnico – do Governo Federal.

§ 2º A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social deve, periodicamente, aplicar o índice, classificar as famílias de acordo com o grau de vulnerabilidade social e disponibilizar a lista aos municípios participantes do programa tratado nesta Lei.

Art. 10. Para a participação no Programa Família Paranaense, a família deve cumprir as seguintes condições:

- I - residir em município participante do Programa;
- II - estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- III - encontrar-se em situação de vulnerabilidade social conforme o Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR);
- IV - aderir ao Programa Família Paranaense, de maneira voluntária, comprometendo-se com a participação na elaboração de seu plano de ação intersetorial individualizado.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

CAPITULO III PROJETOS COMPLEMENTARES

Art. 11. Ficam instituídos os seguintes projetos complementares do Programa Família Paranaense:

I – Implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);

II – Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais;

III – Bolsa-Agricultor.

§ 1º A escolha dos participantes e beneficiários dos projetos previstos nos incisos I a III deste artigo deve ser feita com base em critérios objetivos e impessoais, estabelecidos pela Unidade Gestora Estadual do Programa Família Paranaense e deliberados pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 2º A implantação dos projetos complementares previstos nos incisos I a III deste artigo depende da disponibilidade orçamentária e financeira do Estado do Paraná e do que for disposto em regulamento.

Art. 12. O projeto Implantação de CRAS e CREAS consiste na construção dessas unidades nos municípios participantes do Programa Família Paranaense, em cooperação com os entes municipais e mediante contrapartida destes.

§ 1º É de responsabilidade dos municípios beneficiários, ao menos, a disponibilização do terreno onde será realizada a obra, a manutenção do equipamento e a designação de equipe de referência, tudo em conformidade com as diretrizes das Políticas Nacional e Estadual de Assistência Social.

§ 2º As metas de implantação para cada exercício financeiro devem observar o disposto no § 2º do art. 10 desta Lei e ser definidas mediante proposta da Secretária da Família e Desenvolvimento Social e deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 13. O Projeto Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais é destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme o Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR), atendidas pelo Programa Família Paranaense, moradoras em regiões consideradas prioritárias nos diagnósticos contidos no Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, elaborado e executado pela Companhia de Habitação do Paraná.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 1º O Projeto Complementar de que trata este artigo tem como objetivos:

I - elaborar, implantar e implementar ações de regularização fundiária e habitacionais para as famílias atendidas pelo Programa Família Paranaense, em conformidade com a política estadual de habitação de interesse social do Estado do Paraná, promovendo a melhoria das condições habitacionais e a redução do Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR);

II - promover a cooperação dos governos federal, estadual e municipais e a sociedade civil organizada, na formulação e execução de ações habitacionais voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade social;

III - promover audiências públicas com a população beneficiária, para apresentar à comunidade as propostas de melhorias a serem realizadas, coletar sugestões e definir as prioridades para atendimento;

IV - promover, em parceria com organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, a identificação de indicadores para monitorar as atividades relacionadas com o desenvolvimento habitacional das famílias em situação de vulnerabilidade social;

V - repassar recursos em caráter provisório às famílias, para que possam providenciar moradia por período de tempo determinado, enquanto aguardam a conclusão de sua moradia definitiva.

Art. 14. As ações desenvolvidas pelo Projeto Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais, no âmbito do Programa Família Paranaense, serão implementadas nos territórios de abrangência do Programa, por meio de:

I - construção e melhorias de casas;

II - produção de infraestrutura básica e construção de equipamentos comunitários;

III - regularização fundiária de áreas prioritárias, em conformidade com o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social;

IV - urbanização ou reurbanização de áreas degradadas e assentamentos informais;

V - aquisição e doação de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias inadequadas;

VI - repasse de recursos diretamente às famílias, para pagamento de Aluguel Social.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 15. As famílias beneficiadas com o Aluguel Social tratado no inciso VI são aquelas que, em função da intervenção habitacional recebida, necessitam sair temporariamente de seu atual local de moradia.

§ 1º O auxílio financeiro tem duração de até um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 2º O Aluguel Social repassado às famílias beneficiárias, quando concedido, terá seu valor definido em conformidade com estudo técnico e de condições de mercado realizado pela Companhia de Habitação do Paraná, observado o valor mensal mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) e máximo de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais.

Art. 16. Para fins de execução do Projeto Complementar Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais, fica a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social autorizada a firmar parceria com a Companhia de Habitação do Paraná, que por sua vez poderá firmar convênios e contratos com instituições públicas e privadas, para sua execução.

Art. 17. Nos casos de construção de novas moradias, ou de reformas e melhorias em moradias já existentes, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão do imóvel ou do bem produzido ao responsável familiar da família beneficiária, com ônus para o beneficiário, de acordo com as exigências das normativas de cada ação habitacional prevista.

§ 1º A família beneficiária do Projeto Complementar Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais será representada sempre pelo seu responsável familiar, definido de acordo com as informações previstas no Cadastro Único.

§ 2º Fica vedada a transferência, cessão, locação ou venda do imóvel cedido na forma do § 1º deste artigo, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos.

Art. 18. O projeto Bolsa-Agricultor é destinado à qualificação profissional e ao incentivo à produção para o autossustento, sendo voltado às famílias em situação de vulnerabilidade social, identificadas pelo Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR), incluídas no Programa Família Paranaense e moradoras nas regiões rurais atendidas.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos de regulamento e da disponibilidade orçamentária e financeira, auxílio financeiro aos participantes deste projeto, nos seguintes valores:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), divididos em duas parcelas iguais, para as famílias em situação de vulnerabilidade social com renda *per capita* superior a R\$ 100,00 (cem reais) e igual ou inferior a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais);

II - R\$ 3.000,00 (três mil reais), divididos em três parcelas iguais, para as famílias em situação de vulnerabilidade social com renda *per capita* inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

§ 2º A concessão do auxílio financeiro depende da comprovação da assiduidade ao projeto e do comprometimento com as atividades estabelecidas no âmbito do Programa Família Paranaense, além de outras condições previstas em regulamento, sob pena de exclusão do participante.

CAPITULO IV TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, por meio do Programa Família Paranaense, a transferência direta de renda com condicionalidades às famílias em situação de vulnerabilidade social que atendam aos critérios de habilitação específicos estabelecidos neste artigo, independente de residirem em município participante do Programa.

§ 1º Para a transferência de renda de que trata este artigo, são consideradas famílias em situação de vulnerabilidade social aquelas com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais).

§ 2º O valor do benefício a ser transferido para cada família corresponde ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e os benefícios financeiros disponibilizados pelo Estado do Paraná e pela União atinja o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) *per capita*.

§ 3º O valor mínimo do benefício pago pelo Estado a cada família é de R\$ 10,00 (dez reais) por mês.

§ 4º A concessão dos benefícios depende do cumprimento, no que couber, das condicionalidades previstas no Programa Bolsa Família, sem prejuízo de outras previstas em regulamento estadual.

§ 5º Deve ser de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 6º Os benefícios financeiros devem ser repassados à família através de instituição financeira oficial e sacados por meio de cartão magnético com a identificação do respectivo responsável.

§ 7º No caso de benefícios disponibilizados indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, os créditos reverterão automaticamente para a conta do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

§ 8º Na gestão e execução da ação de transferência de renda do Programa Família Paranaense aplicam-se, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e respectivos regulamentos.

§ 9º A transferência de renda ora tratada também pode ser repassada, desde que se cumpram os critérios estabelecidos neste artigo, aos beneficiários do art. 11, incisos II e III, desta Lei.

§ 10. A transferência de renda ora tratada deve ser, preferencialmente, complementar ao Programa Bolsa Família, criado pela Lei Federal nº 10.836, de 2004

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A percepção dos auxílios financeiros previstos por esta Lei não implica filiação do beneficiário ao Regime Geral de Previdência Social de que tratam as Leis Federais nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, ou ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Estaduais de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1996.

Art. 21. Os auxílios financeiros referentes ao inciso III do art. 11 e ao inciso VI do art. 14 desta Lei devem ser repassados aos beneficiários por meio de instituição financeira oficial.

Art. 22. Os valores indicados no art. 15, § 2º, no art. 18, § 1º, incisos I e II, e no art. 19, § 1º, § 2º e § 3º, podem ser majorados por ato do Chefe do Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do Estado e de estudos técnicos sobre o tema, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 23. As despesas do Programa Família Paranaense correrão à conta do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, fundos vinculados às outras políticas públicas do Estado e outras dotações do orçamento do Estado que vierem a ser consignadas ao Programa.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Parágrafo único. O Poder Executivo deve sempre compatibilizar o número de benefícios concedidos pelo Programa Família Paranaense com as dotações orçamentárias existentes.

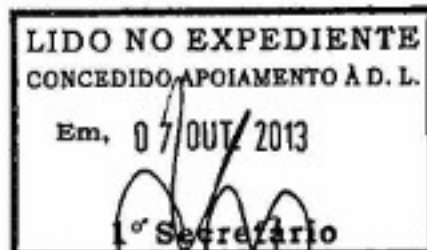
Art. 24. O Poder Executivo deve regulamentar esta Lei no prazo de noventa dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de outubro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 118 /2013

Curitiba, em 03 de outubro de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 07/10/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir, na forma que especifica, o Programa Família Paranaense, a ser executado pelo Governo do Estado do Paraná e pelos municípios, por meio da articulação integrada de órgãos e instituições, em regime de cooperação mútua e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando promover melhorias nas condições de vida das famílias do Paraná que vivem em situação de vulnerabilidade social.

O Estado do Paraná, localizado na região sul do Brasil, tem uma população estimada de 10.439.601 habitantes e uma taxa de crescimento populacional de 1,4% segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2010). Segundo os dados do IBGE, que classifica como situação de extrema pobreza todos aqueles que vivem com menos de R\$ 70,00 *per capita*/mês, o Paraná tem uma população de 306.638 pessoas nesta condição.

O Governo Federal utiliza, ainda, um recorte de classificação das famílias de baixa renda - aquelas com renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou três salários mínimos de renda total. Esta classificação é utilizada para identificar as famílias que devem ser incluídas no Cadastro Único. No Paraná, atualmente, há um total de 1.103.517 ¹ famílias inscritas no Cadastro.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.696.676-0

¹ Fonte: Governo Federal – SENARC / MDS – junho de 2012.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Utilizando o recorte fornecido pelo Atlas da Exclusão Social no Brasil, verifica-se que o Paraná apresenta municípios com alta exclusão, localizados em sua maioria na área central do Estado, a leste na divisa com o sul de São Paulo e ao sul próximo à divisa com Santa Catarina.

O Programa Família Paranaense, tem como objetivo articular as políticas de proteção social de várias áreas do Governo e providenciar para que as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco, tenham acesso facilitado a elas e seus respectivos serviços de maneira prioritária, promovendo, desta forma, a superação das vulnerabilidades e fragilidades identificadas em cada família inserida no Programa.

Para tanto, o Programa tem os seguintes objetivos específicos:

- Implementar políticas e programas de promoção do acesso à moradia digna, qualidade de vida e acesso aos serviços públicos para a população em situação de vulnerabilidade identificadas pelo programa, de acordo com as necessidades de cada família e território;
- Identificar, realizar busca ativa e acompanhar sistematicamente as famílias com maior grau de vulnerabilidade e risco no Estado;
- Monitorar e avaliar a eficácia e eficiência dos serviços públicos ofertados às famílias, bem como as alterações no grau de vulnerabilidade vivenciado pelas famílias paranaenses;
- Fortalecer e fomentar a rede de proteção social dos municípios, por meio da capacitação, assessoramento técnico e financeiro;
- Potencializar a oferta de serviços de proteção social básica e especial, facilitando o acesso das famílias ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- Garantir o acesso à alimentação adequada das famílias priorizadas que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- Promover a inclusão das famílias pelo trabalho, por meio das políticas públicas de qualificação profissional e intermediação para o mundo do trabalho;
- Intensificar as ações de saúde, principalmente no acompanhamento de crianças, adolescentes e gestantes;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- Garantir o acesso das famílias priorizadas aos serviços da rede pública de ensino municipal e estadual, potencializando a oferta de atividades complementares e implementando políticas e programas que promovam o acesso à educação;
- Desenvolver ações intersetoriais e integradas, entre as esferas de governo, de acordo com as necessidades de cada família, criando novas perspectivas e possibilidades para exercício pleno do protagonismo;
- Incentivar, fortalecer e expandir as bases para o exercício pleno da cidadania e da participação;
- Realizar a vigilância constante, com vistas a garantir a atenção mais adequada às famílias em todos os ciclos de vida e de acordo com sua trajetória pessoal;
- Efetuar a transferência de renda direta às famílias, promovendo o incremento da renda e a superação da pobreza extrema.

O Programa Família Paranaense poderá abranger todos os Municípios do Estado do Paraná, de maneira gradativa, priorizados por meio do cruzamento de critérios técnicos e objetivos, utilizando indicadores e índices difundidos. Para a adesão do Município, é necessária a assinatura de Termo de Adesão ao Programa Família Paranaense, pelo prefeito. Este termo tem por objetivo firmar o pacto entre Estado e Município, definindo de maneira clara as responsabilidades de cada ente.

Para seleção das famílias prioritárias para o programa também serão adotados critérios técnicos. Assim, foi criado o **índice de vulnerabilidade da família (IVF/PR)**, para que seja possível medir as condições de vulnerabilidade social das famílias paranaenses e assim orientar para a priorização das famílias a serem atendidas.

O referido Índice é calculado a partir da base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, do Governo Federal, versão 7.

Para alcançar seus objetivos, o Programa Família Paranaense desenvolverá atividades prioritárias em parceria com os municípios, organizadas nos seguintes eixos: **Habitação, Educação, Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Assistência Social e Trabalho.**

O público alvo do Programa Família Paranaense são as famílias residentes no Estado do Paraná em maior situação de vulnerabilidade social e risco. O Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF/PR) é um índice sintético, para medir e elencar as famílias prioritárias ao Programa. Essa ferramenta foi construída para



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

criar condições, de maneira objetiva, para mensurar o grau de vulnerabilidade e a melhoria do mesmo ao longo do Programa. Essa medida leva em consideração indicadores importantes da situação familiar que ultrapassam o simples critério da insuficiência de renda na priorização do atendimento e atenção à família, visto que, para efetuar o cálculo, são cruzados cerca de 20 indicadores diferentes.

Para cada município será feita uma classificação das famílias segundo o valor do índice, evitando uma padronização em maior ou menor grau de vulnerabilidade para o Paraná como um todo, respeitando assim, a realidade local. Este índice é calculado mensalmente pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS, que disponibilizará aos municípios essa informação por meio do sistema informatizado do Programa e senhas de acesso individuais aos profissionais indicados pelos municípios.

A partir do momento em que a família é inserida no Programa, o Comitê Local elaborará, em conjunto com essas famílias, um Plano de Ação Intersetorial da Família onde estarão descritas todas as vulnerabilidades, bem como a estratégia que será traçada, a partir das ações que o Estado e o Município se comprometem a oferecer, para que ela mude sua condição. A partir desse momento, a família será acompanhada sistematicamente pelo período de até dois anos.

O Programa Família Paranaense rompe com a lógica da "boa vontade" e institui uma prática intersetorial contínua e efetiva, através da implementação de instâncias gestoras - comitês de gestão, com competências distintas e complementares, num processo articulado de desenvolvimento de ações. A formatação dos comitês envolve as políticas públicas e os profissionais em vários âmbitos de atuação em todas as esferas de governo, facilitando a constituição de uma rede complementar de comunicação ágil e eficiente.

As instâncias de gestão compartilhada são: **Unidade Gestora Estadual, Comitê Regional, Comitê Municipal, Comitê Local**, e outros.

A família será acompanhada pelo comitê local, que apontará o tipo de atendimento necessário e o que poderá ser oferecido pelos três níveis de governo. Será ainda avaliada a necessidade de aplicação imediata de ações emergenciais para eliminar riscos de vida a componentes da família, especialmente na área da saúde e de combate a fome.

Através da metodologia intersetorial o Programa Família Paranaense pretende garantir o compromisso e o comprometimento de todos os envolvidos para que as ações se concretizem de forma a obter os resultados positivos e de impacto na vida das famílias, diminuindo a situação de pobreza. Assim, Estado, Município e Família assumem, cada qual, sua responsabilidade para a melhoria das condições de vida e a busca do protagonismo.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

De acordo com a Nota Técnica do MDS/SENARC, de 11 de outubro de 2011, com base nos dados do CadÚnico de maio de 2011, cerca 360 mil pessoas no Estado do Paraná deveriam receber complementação de renda Estadual, visto que possuem renda *per capita* inferior a R\$ 70,00; desse total, 288 mil seriam pessoas já beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, mas que continuam em situação de extrema pobreza.

Para incrementar o atendimento ofertado pelo Programa Federal Bolsa Família no âmbito das ações previstas no Plano Brasil Sem Miséria, o Estado do Paraná pretende complementar a renda destas famílias visando contribuir para a eliminação ou diminuição do hiato entre a renda mensal *per capita* da família e o valor definido como limite da extrema pobreza.

Desta forma, o Governo do Estado do Paraná, por meio do Programa Família Paranaense, implementará a transferência direta de renda às famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais), podendo ser complementar ao Programa Bolsa Família, visando a superação da extrema pobreza e a ampliação da renda *per capita* até o patamar de R\$ 80,00, proporcionando às famílias condições para realizarem suas trajetórias de vida com maior autonomia e dignidade.

Esta transferência de renda dar-se-á de maneira gradativa, de acordo com o planejamento e disponibilidade orçamentária e financeira do Estado, sendo o valor mínimo para cada família beneficiária de R\$ 10,00 (dez reais), de acordo com o estudo técnico realizado pelo IPARDES.

O benefício será repassado às famílias mensalmente, pelo período de até dois anos, podendo este período ser revisto, repactuado ou expandido conforme os critérios definidos pelo Governo do Estado e situação de vulnerabilidade em que a família se encontra.

Para esta transferência de renda, que será viabilizada por meio de cartão magnético entregue a cada família, o Poder Executivo contratará agente financeiro, que fará o pagamento destes benefícios sempre a partir dos dados e informações prestados pela Administração Pública Estadual e obedecendo às exigências legais.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 480/2013

Projeto de Lei nº. 480/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 118/2013

Súmula: Cria o Programa Família Paranaense, destinado ao atendimento e promoção de famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais e adota outras providências.

EMENTA: PARECER. CRIA O PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE, DESTINADO AO ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DE FAMÍLIAS POR MEIO DA OFERTA DE UM CONJUNTO DE AÇÕES INTERSETORIAIS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 65, 66 e 87 DA CE. POSSIBILIDADE. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade criar o Programa Família Paranaense, destinado ao atendimento e promoção de famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais e adota outras providências.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, em consonância ao disposto no **artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Com relação a iniciativa das Leis, ainda, oportuno observar a **Constituição Estadual**, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Inclusive, deve-se destacar que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00. Igualmente, quanto à técnica legislativa utilizada, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar Federal 95/98.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de outubro de 2013.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

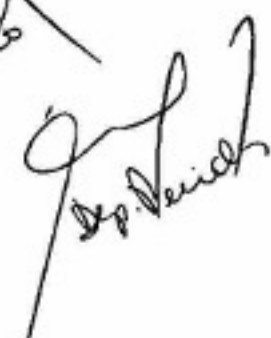

ADEMAR TRAIANO
RELATOR

APROVADO

08/10/13


Dep. Fodden


Dep. Turini
Dep. Couto


Dep. Reich


Dep. Saravalla


Dep. Pastor
Dep. Lourenço



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 480/13

RELATÓRIO

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 118/13, que cria o Programa Família Paranaense, destinado ao atendimento e Promoção das Famílias por meio de oferta de um conjunto de ações intersetoriais e dá outras providências.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, em virtude de estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65 e 66 da Constituição Estadual.

Vale observar que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que é apresentada a Declaração de Adequação Orçamentária da Despesa, subscrita pela Senhora Letícia Codagnone F. Raymundo, Diretora Geral/SEDS, datada de 04 de setembro de 2013.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

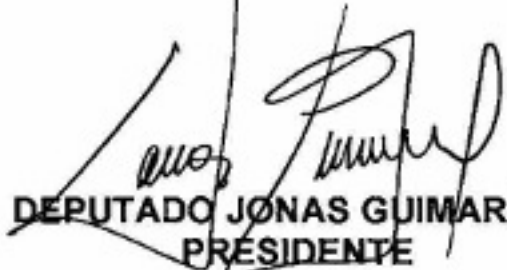


CONCLUSÃO

Desta forma, não encontramos nada que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 09/10/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO


RELATOR


Dep. Pugliese


Dep. Errico



PARECER

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA sobre o Projeto de Lei nº 480/2013 (na origem mensagem nº118/2013), de autoria do Poder Executivo que *CRIA O PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE, DESTINADO AO ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DE FAMÍLIAS POR MEIO DE OFERTAS DE UM CONJUNTO DE AÇÕES INTERSETORIAIS.*

Relator: Deputado *PEDRO LUPION*

I- RELATÓRIO

Veio a essa Comissão de Direitos Humanos e Cidadania o Projeto de Lei (PL) nº 480/2013, na sua origem mensagem governamental nº 118/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO o qual cria o programa família paranaense, destinado ao atendimento e promoção de famílias por meio de ofertas de um conjunto de ações intersetoriais.

De acordo com a justificativa apresentada, o PL busca instituir, na forma que especifica o Programa Família Paranaense, a ser executado pelo Governo do Estado do Paraná e pelos municípios, por meio da articulação integrada de órgãos e instituições, em regime de cooperação mútua e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando promover melhorias nas condições de vida das famílias do Paraná que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Conforme dados trazidos no PL o Estado do Paraná tem uma população estimada em 10.439.601 habitantes e uma taxa de crescimento populacional de 1,4% segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010). Segundo os dados do IBGE, que classifica como situação de extrema pobreza todos aqueles que vivem com



menos de R\$ 70,00 *per capita*/mês, o Paraná tem uma população de 306.638 pessoas nesta condição.

Menciona que o Governo Federal utiliza, ainda, um recorte de classificação das famílias de baixa renda – aquelas com renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou três salários mínimos de renda total. Esta classificação é utilizada para identificar as famílias que devem ser incluídas no Cadastro Único. No Paraná, atualmente, há um total de 1.103.517 famílias inscritas no Cadastro.

Afirma que se utilizando do critério supramencionado o Paraná apresenta municípios com alta exclusão, localizados em sua maioria na área central do Estado, a leste na divisa com o sul de São Paulo e ao sul próximo à divisa com Santa Catarina.

Desta forma, explica que o Programa Família Paranaense tem como objetivo articular as políticas de proteção social de várias áreas do Governo e providenciar para que as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco, tenham acesso facilitando a elas e seus respectivos serviços de maneira prioritária, promovendo, desta forma, a superação das vulnerabilidades e fragilidades identificadas em cada família inserida no Programa.

Discorre detalhadamente as ações e objetivos específicos do programa, trazendo extensa e detalhada explicação do funcionamento e operabilidade do Programa que visa instituir.

Após a aprovação nas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais, com a finalidade de se exarar parecer sobre o seu mérito.

II – DA ANÁLISE E VOTO

Sabe-se que cerca de 22 milhões de pessoas vivem, atualmente, em condições de completa indigência no Brasil. Pesquisas indicam que a pobreza já atinge um terço de nossa população. E não se diga que tal situação decorre da escassez de recursos.



É de conhecimento geral que o Brasil contemporâneo não é uma nação pobre, mas sim com muitos pobres e extraordinariamente injusta e desigual: embora a pobreza deveria acometer, pelos padrões internacionais, contingente inferior a 10% da população brasileira, este percentual já se aproxima de 30%.

Conforme os próprios dados trazidos no PL o Estado do Paraná tem uma população estimada em 306.638 pessoas que vivem com menos de R\$ 70,00 *per capita*/mês.

Desta forma, a alocação direta de renda às unidades familiares, nesse sentido, afigura-se melhor opção de política pública. E quando essa transferência de renda associa-se ao cumprimento de condicionalidades pelos beneficiários, a ação governamental reveste-se também de um caráter fomentador – e não apenas de proteção social.

Poder-se-ia afirmar, até mesmo, que a política social converte-se em política de desenvolvimento.

Nesse contexto, espera-se que o Programa Família Paranaense contribua efetivamente para reduzir a exclusão social, sem, contudo, gerar maiores ineficiências à economia paranaense.

Com a concessão dos benefícios básico e variável, procura-se, mais especificamente, dirimir paradoxo fundamental da realidade paranaense: enquanto há excesso estrutural de oferta de alimentos no País e no Estado, persiste déficit, igualmente estrutural, da demanda por esses bens. Assim, tenciona-se permitir à parcela da população paranaense que não dispõe de renda suficiente o acesso a gêneros alimentícios mínimos e necessários à sobrevivência digna.

Por fim, balizo como positiva a matéria proposta, do mesmo modo entendo que, em sede desta comissão, não há necessidade de emendamento ou propositura de substitutivo, podendo ser aprovada integralmente.

Ante o exposto, me ative exclusivamente ao mérito da proposição em relação à matéria relacionada aos Direitos Humanos, deixando as demais possibilidades e circunstâncias para a análise nas Comissões competentes.

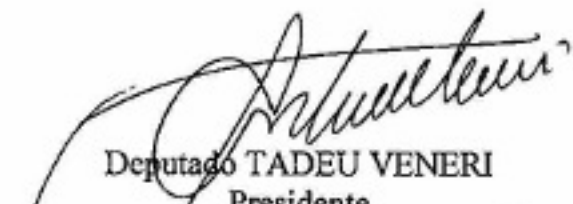
É O VOTO.

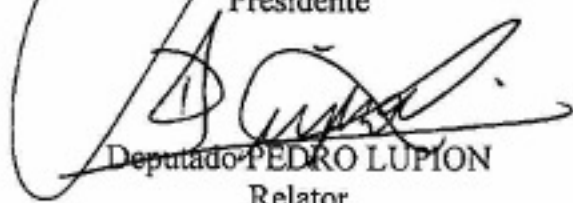


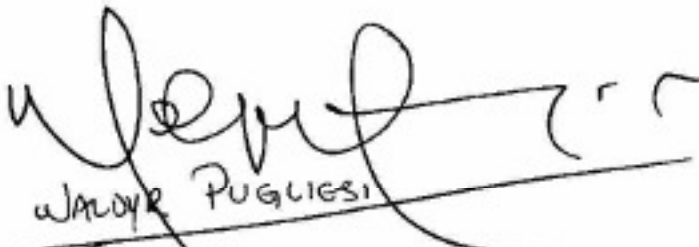
III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 480/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO, que tem como escopo implementar o programa *Família Paranaense* no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, 15 de março de 2013.


Deputado TADEU VENERI
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


Wladimir PUGLIESI


Wilson QUINTERO



REQUERIMIENTO

APROVADO
À Diretoria Legislativa.

Em, 14 OCT. 2013

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 480/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 480/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 118/13.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº	01
DAP	21 OUT 2013
Visto	<i>[Assinatura]</i>

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 480/2013

Altera a redação do § 2º do art. 12, do caput do art. 15, do § 2º do art. 17 e do art. 20 do Projeto de Lei nº 480/2013



Art. 1º. O § 2º do art. 12, o caput do art. 15, o § 2º do art. 17 e o art. 20 do Projeto de Lei nº 480/2013 passam a contar com a seguinte redação:

Art. 12. (...)

§ 2º As metas de implantação para cada exercício financeiro devem observar o disposto no § 2º do art. 11 desta Lei e ser definidas mediante proposta da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social e deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 15. As famílias beneficiadas com o Aluguel Social tratado no inciso VI do art. 14 são aquelas que, em função da intervenção habitacional recebida, necessitam sair temporariamente de seu atual local de moradia.

Art. 17. (...)

§ 2º Fica vedada a transferência, cessão, locação ou venda do imóvel cedido na forma do caput deste artigo, pelo período mínimo de cinco anos.

Art. 20. A percepção dos auxílios financeiros previstos por esta Lei não implica filiação do beneficiário ao Regime Geral de Previdência Social de que tratam as Leis Federais nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, ou ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Estaduais de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2013.

[Assinatura]
Deputado Ademair Traiano
Líder do Governo

JUSTIFICATIVA

A presente emenda faz-se necessária, a fim de adaptar o texto do Projeto de Lei às normas de técnica legislativa constantes na Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

15:08 21/10/2013 009049 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 480/13

Projeto de Lei nº 480/2013 - *mensagem*

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Cria o Programa Família Paranaense, destinado ao atendimento e promoção de famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais e adota outras providências.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 137, 138 E 141 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA.

PREÂMBULO

\ O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo criar o Programa Família Paranaense, destinado ao atendimento e promoção de famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais e adota outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 21 de outubro de 2013, durante a segunda discussão na Sessão Plenária, o ora projeto recebeu Emenda Modificativa de Plenário. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O referido diploma legal, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda apresentada em Plenário.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVARO
RELATOR

APROVADO

22/10/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 23 ABR. 2013

1º Secretário

Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 83/1998 Região Metropolitana de Maringá.

Art. 1º O artigo primeiro da Lei Complementar nº 83, de 17 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Floraí, Atalaia, São Jorge do Ivaí, Oyrizona, Nova esperança, **Marumbi e Santo Inácio**”.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2013.

ALEXANDRE CURI

DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa, incluir os Municípios de Marumbi e Santo Inácio que está ligado geograficamente e historicamente ao Município de Maringá e com outros Municípios da região, sendo assim, nada mais justo que o referido Município passe a pertencer à Região Metropolitana de Maringá.

Isto posto, esperamos contar com apoio dos Nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar ↩

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original ⓘ~~Lei Complementar 83 - 17 de Julho de 1998~~Publicado no Diário Oficial nº. 5294 de 17 de Julho de 1998

(vide Lei Complementar 145 de 24/04/2012)

Súmula: Institui a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. ~~Fica instituída, na forma do art. 25 § 3º da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu e Mandaguaçu;~~
(vide Lei 13565 de 16/05/2002)

Art. 1º. ~~Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga e Ivatuba.~~
(Redação dada pela Lei Complementar 110 de 10/08/2005)

Art. 1º. ~~Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Florai, Atalaia, São Jorge do Ivaí e Ourizona.~~
(Redação dada pela Lei Complementar 127 de 17/02/2010)

Art. 1º. Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Florai, Atalaia, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Nova Esperança.
(Redação dada pela Lei Complementar 145 de 24/04/2012)

Art. 2º. A Região Metropolitana de Maringá terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º. O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice feita pelo Prefeito de Maringá e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º. O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada Município integrante da Região Metropolitana e de 3 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º. Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.



Art. 3º. Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º. Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesses da Região Metropolitana;

II - sugerir ao conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º. Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 17 de julho de 1998.

Des. Henrique Chesneau Lenz César
Governador do Estado, em exercício.

Miguel Salomão
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2013

Projeto de Lei Complementar nº 06/2013.

Autor: Deputado Alexandre Curi

Súmula: Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 83/1998, Região Metropolitana de Maringá.

EMENTA: REGIÃO METROPOLITANA. INCLUSÃO DOS MUNICÍPIOS DE MARUMBI E SANTO INÁCIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ. POSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL. ART. 22 E 65 CE. ART. 25 DA CF. LEI COMPLEMENTAR 111/2005. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA ADITIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de Lei Complementar, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem como objetivo alterar a redação do artigo 1º, da Lei Complementar nº 083/1998, inserindo os Municípios de Marumbi e Santo Inácio entre os que compõem a Região Metropolitana de Maringá.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 22 da Constituição Estadual estabelece que a organização das regiões metropolitanas devem adequar-se as diretrizes do Estado, senão vejamos:

Art. 22 - O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverão adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Verificando a nossa Carta Magna, em seu artigo 25 e no §3º, constatamos que a mesma dispõe de autonomia para que os Estados sigam as suas Constituições, bem como, sucessivamente, através de legislação complementar o Estado estabelece e normatiza as regiões metropolitanas, que segue:

Art. 25 - Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 3º. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (Grifo nosso).

A iniciativa para a proposição das leis complementares está inserida no artigo 65 da Constituição Estadual, o qual se observa:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



A Lei Complementar 111 de 11 de Agosto de 2005 disciplina a organização das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná, sendo que para que haja a ampliação da Região Metropolitana, devem ser atendidos alguns requisitos que está inserido no artigo 2º da mencionada Lei Complementar, as quais correspondem as duas cidades ora objetos da inclusão, vejamos;

Art. 2º - A ampliação da Região Metropolitana está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência:

I – Evidência ou tendência de conturbação;

II – Necessidade de organização, planejamento e execuções de funções públicas de interesse comum;

III – existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços.

Dessa forma, vislumbra-se que o presente Deputado detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei Complementar.

Ademais, perfeitamente possível, a emenda aditiva apresentada, para o fim de acrescentar os Municípios de Colorado e Paranacity, com fundamento no artigo 137, § 4º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme segue:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar, na forma da Emenda Aditiva apresentada.
MODIFICATIVA

Sala das Comissões, 25 de junho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO NERES MOURA
RELATOR

APROVADO

09.07.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS sobre o Projeto de Lei Complementar nº 06/2013, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, que ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 83/1998, REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ.

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I RELATÓRIO

O projeto de Lei Complementar (PLC) nº 06/2013, de autoria do Deputado ALEXANDRE CURI objetiva alterar a Lei Complementar nº 83/1998, mais especificamente o artigo 1º, inserindo os municípios de Marumbi e Santo Inácio na Região metropolitana de Maringá.

Ainda, por intermédio de emenda modificativa foram acrescentados ao PLC os municípios de Colorado e Paranacity.

O PLC recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, e na sequência fora encaminhada a esta Comissão, conforme disposição regimental.

É O RELATÓRIO.



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

II- ANÁLISE E VOTO

Nos termos do artigo 33-Q, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe a esta Comissão emitir parecer no presente PLC considerando o mérito versado no mesmo. *In verbis:*

Art. 33-Q Compete à Comissão de Assuntos Metropolitanos manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada às regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas dos municípios do Estado do Paraná.

Pois bem.

De acordo com a Constituição Federal constatamos que o ente federado detém autonomia para, por intermédio de legislação complementar, estabelecer e normatizar as regiões metropolitanas, senão vejamos:

Art. 25 - Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 3º. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (Grifo nosso).

Ainda, o artigo 22 da Constituição Estadual estabelece que a organização das regiões metropolitanas devem adequar-se as diretrizes do Estado, senão vejamos:



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

Art. 22 - O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverão adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.

A Lei Complementar 111 de 11 de Agosto de 2005 disciplina a organização das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná, sendo que para que haja a ampliação da Região Metropolitana, devem ser atendidos alguns requisitos que está inserido no artigo 2º da mencionada Lei Complementar, as quais correspondem as duas cidades ora objetos da inclusão, vejamos;

Art. 2º - A ampliação da Região Metropolitana está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência:

- I Evidência ou tendência de conturbação;*
- II Necessidade de organização, planejamento e execuções de funções públicas de interesse comum;*
- III existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços.*

Desta forma, não há qualquer óbice do ponto de vista do mérito do presente PLC, em relação à inclusão dos mencionados municípios na Região Metropolitana de Maringá.

De um modo geral, balizo como positiva a matéria proposta, de modo que ao não se confrontarem deixam de emanar a necessidade de emendamento ou propositura de substitutivo, podendo ser aprovada integralmente.

É O VOTO.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

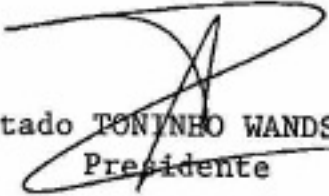


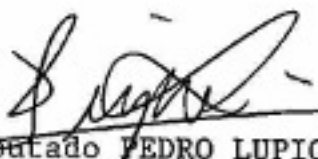
Gabinete Deputado PEDRO LUPION

III CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar nº 06/2013, de autoria do Deputado ALEXANDRE CURI, incluindo-se os municípios relacionados à Região Metropolitana de Maringá.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2013.


Deputado TONINHO WANDSCHEER
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


Dep. Quinteiro


Dep. Manoelaine

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS


PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/13

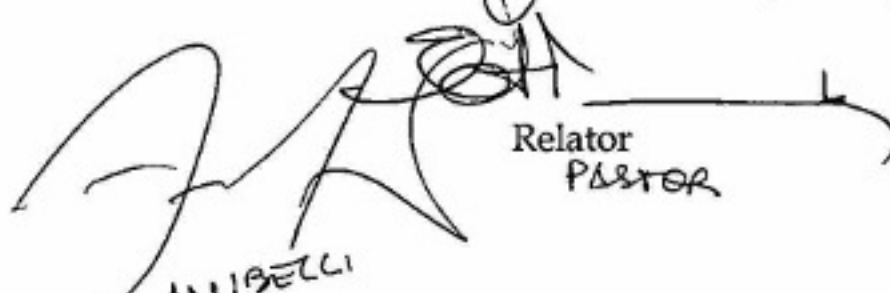
O presente Projeto de Lei Complementar apresentado pelo Deputado Alexandre Curi tem por finalidade alterar a redação do artigo 1º, da Lei Complementar nº 83 / 1998 Região Metropolitana de Maringá.


Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.


É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 2013.


DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente


Relator
PASTOR


ANÍBELLI

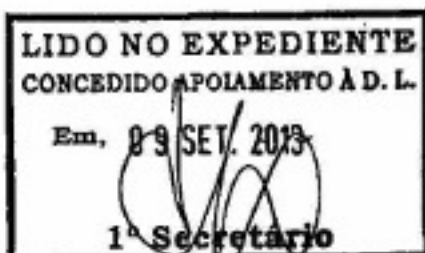

Scarpusca



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 407/13




Súmula: Denomina Antônio Yoshio Kishino, o Viaduto localizado na PR 445, no cruzamento da Avenida Harry Pochet com a Avenida dos Expedicionários.

Art. 1º Fica denominado Antônio Yoshio Kishino, o Viaduto localizado na PR 445, que liga os Municípios de Londrina e Cambé, no cruzamento da Avenida Harry Pochet com a Avenida dos Expedicionários.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 09 de setembro de 2013.


TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende denominar Antônio Yoshio Kishino, o Viaduto em construção localizado na PR 445, no cruzamento da Avenida Harry Pochet com a Avenida dos Expedicionários.

Antônio Yoshio Kishino nasceu em 24 de julho de 1949, no Município de Assaí, filho de Shiro Kishino e Hiroko Kikushi Kishino.

Formou-se em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná em 1972 e concluiu o mestrado em Agronomia Fito técnica pela Universidade de São Paulo em 1982.

O engenheiro agrônomo era pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná, onde trabalhava desde 1975, o que justifica essa homenagem intitulado o viaduto próximo ao IAPAR com seu nome.

Efetua pesquisas na área de melhoramento vegetal, fisiologia de plantas cultivadas e manejo e tratos culturais, tendo duas publicações: *Primavera: nova cultivar de abacateiro de maturação tardia*, publicado em 1996, e *Efeito da temperatura no ciclo de produção de cultivares de abacateiro*, publicado em 1998.

Antônio Yoshio Kishino faleceu em 28 de abril de 2004, aos 54 anos, num acidente de trânsito, deixando viúva Emiko Otani Kishino com três filhos, conforme certidão de óbito em anexo.

Diante do exposto e objetivando prestar uma singela homenagem a esse membro importante do órgão paranaense IAPAR, pedimos o apoio desta proposta e sua devida aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 407/2013

Projeto de Lei nº 407/2013

Autor: Deputado Tercílio Turini

Súmula: Denomina Antônio Yoshio Kishino, viaduto localizado na PR - 445, no cruzamento da Avenida Harry Pochet com a Avenida dos Expedicionários, entre Município de Londrina e Cambé.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE VIADUTO. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE O VIADUTO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.

I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Tercílio Turini, tem por objetivo denominar de Antônio Yoshio Kishino, o viaduto localizado na PR-445, no cruzamento da avenida Harry Pochet com a Avenida do Expedicionários, entre o municípios de Londrina e Cambé.

II - ANÁLISE

Preliminarmente vale ressaltar a compete da Comissão de Constituição e Justiça, que em consonância com o disposto no artigo 33



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



- A, Inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, legitimidade do proponente, bem como se a técnica legislativa ora utilizada esta em conformidade com a Lei Complementar 95/1998.

A Constituição do Estado do Paraná nos leva ao entendimento que o parlamentar tem competência para legislar a respeito do tema, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio publico estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da parecer da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística e Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DER, não existe denominação ao referido viaduto, portanto não existe óbices.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **aprovação** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 08 de outubro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
RELATOR

APROVADO

Praça Nossa Senhora de Salette, s / nº - Edifício Pres. Tancredo Neves
Gabinete 807 - 8º Andar - Curitiba/PR Tel.: (41) 3350-4250/3350-4081
E-mail: pericles@periclesdemello.com.br - www.periclesdemello.com.br

08/10/13



ANTEPROJETO DE LEI Nº 422/13 **PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Dispõe sobre a Política de Incentivo ao Esporte no Estado do Paraná.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:***

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria de Esporte do Estado do Paraná, conforme regulamentação (Convênio ICMS 141/2011).

§ 1º Para fins de apuração da parte do valor do ICMS a recolher que poderá ser destinada aos projetos desportivos de que trata o *caput* deste artigo, serão fixados os percentuais aplicáveis ao valor do saldo devedor do ICMS apurado pelo contribuinte, devendo esses percentuais variar de 0,01% (um centésimo por cento) a 3% (três por cento), de acordo com escalonamento por faixas de saldo devedor anual.

§ 2º O montante máximo de recursos disponíveis para captação aos projetos credenciados pela Secretaria de Estado do Esporte será fixado em cada exercício pela Secretaria de Estado da Fazenda, ficando limitado até 0,2% (dois décimos por cento) da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativo ao exercício imediatamente anterior.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de setembro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Curitiba, em 10 de setembro de 2013



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 12/09/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria de Esporte do Estado do Paraná, conforme regulamentação (Convênio ICMS 141/2011).

A concessão de crédito presumido para o ICMS, por importar redução ou eliminação, direta ou indireta, do imposto, caracteriza benefício fiscal e somente pode ser concedida com a anuência de todas as unidades federadas, mediante celebração de convênio firmado no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, nos termos do artigo 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Constituição da República.

Neste sentido, verifica-se o firmamento do Convênio ICMS 141, de 16 de dezembro de 2011, do Estado do Paraná com o CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, termo este que autoriza a entidade política estadual a utilizar-se dos recursos provenientes do ICMS em projetos desportivos.

Desta forma, encontra-se o Estado do Paraná amparado legalmente para a redação de instrumento normativo capaz de fomentar o desporto utilizando-se, para tanto, de percentual da receita auferida com o tributo ICMS.

Diante do exposto é que apresento o anexo Anteprojeto de Lei para apreciação dessa Casa de Leis.

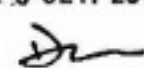
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.033.171-0

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 16 SET. 2013


1º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 422/2013

Projeto de Lei nº 422/13 – Mensagem 100/2013
Autor: Poder Executivo

Súmula: Dispõe sobre a política de incentivo ao esporte no Estado do Paraná.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ICMS. INCENTIVO AO ESPORTE NO ESTADO DO PARANÁ ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO ICMS. POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 24; 150 E 155. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 13 E 65. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 24/75. ART. 1º. CONVÊNIO ICMS 141 DE 16/12/2011. AUTORIZA A CONCESSÃO DE CRÉDITO OUTORGADO DO ICMS CORRESPONDENTE AO VALOR DO ICMS DESTINADO PELOS SEUS CONTRIBUÍNTES A PROJETOS DESPORTIVOS. PARECER FAVORÁVEL.

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem como finalidade prover o incentivo ao esporte no Estado do Paraná através da aplicação de recursos oriundos do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Inicialmente, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** nos incisos I e IX do artigo 24, estabelece como competência concorrente entre União, Estado e Distrito Federal as leis que disponham sobre o direito tributário e desporto:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

No mesmo sentido, os incisos I e IX, do artigo 13 da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL** assim dispõem:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

Ademais, compete aos Estados a regulamentação do ICMS, conforme art. 155, II da Constituição Federal:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

Nos termos do Convênio ICMS 141, de 16 de dezembro de 2011, temos:

Convênio ICMS 141, de 16 de dezembro de 2011.

Autoriza a concessão de crédito outorgado do ICMS correspondente ao valor do ICMS destinado pelos seus contribuintes a projetos desportivos.

O Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ na sua 144ª reunião ordinária, realizada em São Paulo, SP, no dia 16 de dezembro de 2011, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO

Cláusula primeira - Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a concederem crédito outorgado do ICMS correspondente ao valor destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria de Estado do Esporte, na forma a ser regulamentada pela legislação estadual.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 1º O incentivo fiscal de que trata o presente convênio fica limitado a até 0,5% (cinco décimos por cento) da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior, relativamente ao montante máximo de recursos disponíveis, a ser fixado em cada exercício pela Secretaria de Estado da Fazenda, para captação aos projetos credenciados pela respectiva Secretaria de Estado do Esporte em cada exercício.

§ 2º Para fins de apuração da parte do valor do ICMS a recolher que poderá ser destinada aos projetos esportivos de que trata o caput, serão fixados os percentuais aplicáveis ao valor do saldo devedor do ICMS apurado pelo contribuinte, devendo esses percentuais variar de 0,01% (um centésimo por cento) a 3,0% (três por cento), de acordo com o escalonamento por faixas de saldo do devedor anual.

Clausula segunda - Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Desse modo, o presente Projeto de Lei está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 24, de 07 de janeiro de 1975 que afirma categoricamente:

Art. 1º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo também se aplica:

IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

Da mesma forma, a proposta está em consonância com o que determina a Constituição da República Federativa do Brasil, conforme segue:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, a.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, de setembro de 2013.

Deputado Nelson Justus
Presidente

Deputado Ademar Traiano
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

24/09/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 422/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 100/13, que dispõe sobre a Política de Incentivo ao Esporte no Estado do Paraná.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, visa autorizar o Poder Executivo a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal no art. 24, incisos I e IX; art. 150 e art. 155, inciso II, ambos da Constituição Federal.

Insta observar ainda que, constata-se na justificativa do autor que o firmamento do Convênio ICMS 141, de 16 de dezembro de 2011, do Estado do Paraná com o Conselho Nacional de Política Fazendária, termo este que autoriza a entidade política estadual a utilizar-se dos recursos provenientes do ICMS em projetos desportivos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

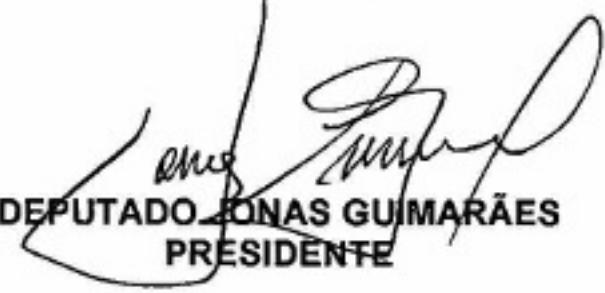


CONCLUSÃO


Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 02/10/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO
PROF. LEMOS **RELATOR**


Dep. Buzza


Dep. PR. COSSON


Dep. ELICIO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 422/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 100/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “Dispor sobre a Política de Incentivo ao Esporte no Estado do Paraná,” que objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria de Esporte do Estado do Paraná, conforme regulamentação de Convênio ICMS 141/2011.

A concessão de crédito presumido para o ICMS, por importar redução ou eliminação, direta ou indireta, do imposto, caracteriza benefício fiscal e somente pode ser concedida com a anuência de todas as unidades federadas, mediante celebração de convênio firmado no Conselho Nacional de Política Fazendária — CONFAZ, nos termos do artigo 155, § 2º, inciso XII, alínea ‘g’, da Constituição Federal.

Para fins de apuração da parte do valor do ICMS a recolher que poderá ser destinada aos projetos esportivos, serão fixados aos percentuais aplicáveis ao valor do saldo devedor do ICMS apurado pelo contribuinte, devendo esses percentuais variar de 0,01% (um centésimo por cento) a 3,0% (três por cento), de acordo com o escalonamento por faixas de saldo do devedor anual.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.

A autorização para concessão de crédito presumido de ICMS ora proposta encontra-se arrimada no art. 130 da Constituição Estadual que reza:

"Art. 130. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica estadual ou municipal que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, da Constituição Federal."

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, para concessão de imposto.

É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em 8 de outubro de 2013.

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP. DE BATISTA
RELATOR

Edio Rasch

Francisco

Edson



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Comissão de Esportes

Parecer ao Projeto de Lei nº 422/2013

Autor: Poder Executivo

Ementa: Mensagem nº100/2013 – Dispõe sobre a política de Incentivo ao Esporte no Estado do Paraná.

Relator: Deputado Ney Leprevost

O Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 100/13, dispõe sobre a Política de Incentivo ao Esporte no Estado do Paraná, autorizando o Poder Executivo a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS – Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – sejam destinados pelo contribuinte a projetos esportivos, devidamente credenciados junto a Secretaria de Estado de Esportes, conforme prevê o Convenio 141/2011.

O referido projeto prevê ainda que o valor do ICMS que poderá ser destinado a estes Projetos Esportivos encontram-se na faixa de 0,01% - um centésimo – a 3% -três- por cento, conforme tabela de escalonamento por valores de saldo devedor anual do contribuinte.

A presente proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Finanças e da Comissão de Orçamento, e deve ser analisada por esta Comissão de Esportes, conforme prevê o tramite legal desta Casa de Leis.

Esta relatoria, tem ciência da constitucionalidade e da legalidade da matéria em análise, entende que este crédito pode ser concedido, sem prejuízo ao equilíbrio das finanças e do orçamento público, e de que a política de incentivo ao esporte vem a preencher uma importante lacuna nos serviços que o Governo do Estado presta a comunidade paranaense.

Cabe ressaltar ainda, que este projeto de lei, versa sobre matéria oriunda do Projeto de Lei 748/2011 de autoria dos Deputado Ney Leprevost; dos então Deputados Reni Pereira e Cesar Silvestri; e do Deputado Andre Bueno, também disposto sobre a Política de Incentivo ao Esporte no Estado do Paraná, que chegou a ser aprovado nesta Casa de Leis e que acabou dando origem a mensagem ora apresentada pelo Poder Executivo, após acordo firmado entre o Governador do Estado e os Deputados autores da proposição.

Deputado Estadual Ney Leprevost

**Líder da Frente Estadual da Saúde e Cidadania
Presidente da Comissão de Esportes**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



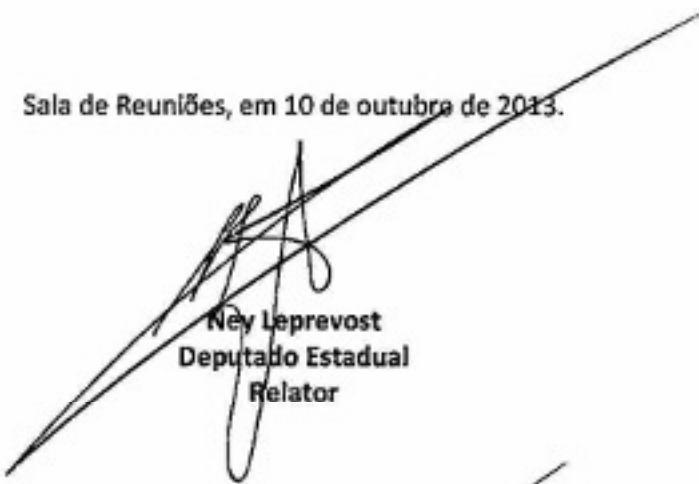
Tal fato, como relatado, deixa clara a intenção, de longa data, dos membros desta Comissão de Esportes, de implantar uma política pública capaz de atender as necessidades dos atletas paranaenses e que incentive a prática esportiva, principalmente em meio a crianças e jovens, fazendo do esporte um instrumento de modificação social, gerador de oportunidades e complementar a educação regular promovida pelo Poder Público.

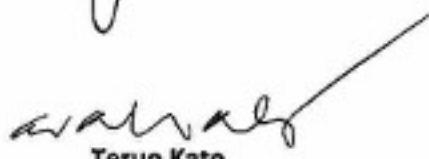
Sallentamos que, o Artigo 42, Parágrafo Único do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, onde está previsto que "Assiste ao Presidente o direito de avocar os projetos de lei que deseja relatar", artifício do qual fazemos uso neste ato, estando então, esta Comissão provisoriamente sob a presidência do Deputado Teruo Kato, para que o Deputado Ney Leprevost seja o relator desta mensagem.

Diante do exposto, sem mais o que acrescentar, apresentamos **PARECER FAVORÁVEL** a este Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala de Reuniões, em 10 de outubro de 2013.


Ney Leprevost
Deputado Estadual
Relator


Teruo Kato
Deputado Estadual
Presidente



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Membros:

Mara Lima
Deputada Estadual

Jonas Guimarães
Deputado Estadual

Leonardo Paranhos
Deputado Estadual

Elío Busch
Deputado Estadual

Elton Welter
Deputado Estadual

Deputado Estadual Ney Leprevost

Líder da Frente Estadual da Saúde e Cidadania
Presidente da Comissão de Esportes





ANTEPROJETO DE LEI 449/13

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Sengés.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Sengés, do imóvel situado à Avenida Hermínia Rolim Lupion, s/nº, constituído pelos Lotes nºs 01 e 02 no Parque Industrial, com área total de 32.340,00 m², contendo diversas edificações, conforme consta nas Matrículas nºs 1.535 e 1.579, Livro R-2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sengés.

Art. 2º Na matrícula nº 1.535, o Estado do Paraná possui a fração ideal correspondente a 70,81%, o que equivale a 16.845,699 m².

Art. 3º Na Matrícula nº 1.579, o Estado do Paraná possui a fração ideal correspondente a 70,81%, o que equivale a 6.054,255 m².

Art. 4º A parte correspondente ao Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná corresponde a 29,19%.

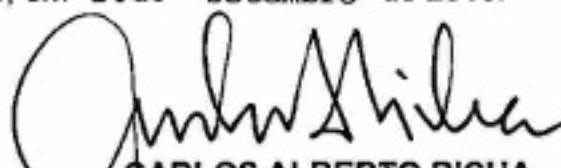
Art. 5º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para o serviço público municipal.

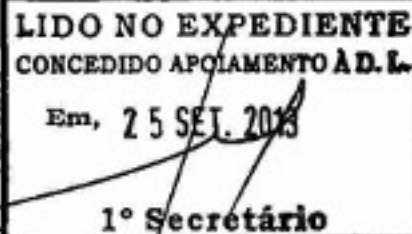
Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra, no prazo de dois anos, a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 6º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 24 de setembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 112/2013

Curitiba, 24 de setembro de 2013.

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 25/09/2013

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Sengés, do imóvel situado à Avenida Hermínia Rolim Lupion, s/nº, constituído pelos Lotes nºs 01 e 02 no Parque Industrial, com área total de 32.340,00 m², contendo diversas edificações, conforme consta nas Matrículas nºs 1.535 e 1.579, Livro R-2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sengés.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado pelo Município exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o Município terá o prazo de dois anos para dar atendimento à finalidade prevista.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.965.772-5

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

1427 25/09/2013 088332 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 449/2013

Projeto de Lei nº 449/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 112/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Sengés.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE SENGÉS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 112/2013, visa efetuar a doação ao município de Sengés, dos lotes nº 01 e 02, situados no Parque Industrial, com área total de 32.340,00 m², conforme Matrículas nº 1535 e 1579, do Registro de Imóveis da Comarca de Sengés, de propriedade do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33—A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 5º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 01 de OUTUBRO de 2013.

DEP. CAITO QUINTANA
Presidente

DEP. PEDRO LUPION
Relator

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

01/10/13



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 449/2013

Projeto de Lei nº 449/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 112/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Sengés.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 449/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 112/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Sengés, no Estado do Paraná, de área constituída de 32.340,00 m², constituído pelos Lotes nºs 01 e 02 no Parque Industrial, contendo diversas edificações, conforme descrito nas Matrículas nºs 1.535 e 1.579. Livro R-2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sengés-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 449/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Sengés no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 449/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 112/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade, que obriga sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 449/2013,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referencia a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pedro Lupion, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Sengés, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 449/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 08 de outubro de 2013.*

Jonas Guimarães
Francisco Buhner
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Adelino Ribeiro
Elton Welter
TERUO KATO
Relator
Pastor Edson Praczyk
Tercílio Turini